



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Serviços de fornecimento de créditos para telefones celulares que devem ser utilizados na preparação e realização das Eleições Gerais de 2026.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

As ligações realizadas de aparelhos de telefonia móvel agilizam a comunicação entre as diversas unidades do TRE-PA, conferindo maior celeridade na resolução de problemas detectados pelos servidores envolvidos na preparação e realização das eleições, quando em deslocamento a serviço.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

A contratação anterior ocorreu no Processo 0000690-52.2024.6.14.8000, cuja licitação, contratação e execução do contrato se deu dentro da normalidade.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto é comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

2.1.2. O bem pode ser identificado no **Catálogo de Serviços (CATSER) do SIASG pelo seguinte código: 23051**, não constando porém de item do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal.

2.1.3. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

2.3. Regime de Execução

() Empreitada por preço global

(X) Empreitada por preço unitário

Entendemos ser a modalidade que melhor atende ao interesse público, uma vez que vincula a despesa ao consumo real, evita o pagamento por serviços não utilizados, garante a continuidade da prestação de serviço essencial de comunicação e confere maior agilidade na gestão do contrato

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

(X) Sim () Não

A adoção de Ata de Registro de Preços para a contratação em análise, foi escolhida para proporcionar uma maior flexibilidade na gestão das demandas do serviço pretendido, permitindo, por exemplo, o ajustamento dos pedidos ao cronograma da preparação e realização das eleições 2026, onde não se mostra possível, antecipadamente, definir o quantitativo a ser contratado, nos termos do Inciso V do Decreto 11.462/2023.

2.4.1. Foi realizada consulta às IRPs em andamento?

(X) Sim () Não

Em consulta ao PNCP, realizada na data de **27/04/2026**, não foi localizada IRP em andamento ou Ata de Registro de Preços vigente, que pudessem atender a demanda do Regional, nos termos do art. 10 do Decreto n.º 11.462/23.

2.4.2. Haverá órgãos participantes deste Registro de Preços? Justificar.

() Sim (X) Não () Não se aplica

A contratação de créditos de telefonia para o período eleitoral exige condições específicas de gestão, suporte técnico e prioridade de atendimento que podem não ser replicáveis ou compatíveis com a realidade de outros órgãos da administração pública. Permitir a adesão indiscriminada poderia gerar uma diluição na qualidade do atendimento prestado ao órgão gerenciador (Justiça Eleitoral), uma vez que a empresa estaria pulverizando seus recursos técnicos entre múltiplos contratantes sem a devida previsão de capacidade de carga.

2.4.3. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP?

() Sim (X) Não, justificativa abaixo () Não se aplica

Justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços no PNCP, na forma prevista no art. 9º do decreto nº 11.462/2023, em razão das seguintes circunstâncias:

Primeiramente, ressalta-se que o órgão licitante detém uma capacidade operacional e de gerenciamento que permite a execução ágil e eficaz do objeto contratual. Essa capacidade operacional é resultado de uma estrutura administrativa consolidada, com expertise na condução de processos licitatórios e gestão de contratos. Portanto, o risco

de atraso na consecução do objeto devido à dispensa do procedimento em questão é mitigado pela experiência e eficiência do órgão licitante em questão.

Além disso, é fundamental considerar que o órgão licitante é o único contratante envolvido nessa aquisição. Não há a necessidade de coordenação com outros órgãos ou entidades, uma vez que a demanda é específica e exclusiva do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Isso elimina a necessidade de seguir o procedimento de intenção de registro de preços, que é mais adequado quando há múltiplos órgãos interessados.

Portanto, com base na capacidade operacional e de gerenciamento do órgão licitante, bem como na sua condição de único contratante, justifica-se a dispensa do procedimento de intenção de registro de preços, assegurando assim a eficiência e agilidade na consecução do objeto contratual.

2.4.4. Foi estabelecido (se for o caso) o número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do órgão? Justificar.

☐ Sim ☐ Não, justificativa abaixo ☒ Não se aplica

2.4.5. Será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgão não participante? Justificar.

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

A contratação de créditos de telefonia para o período eleitoral exige condições específicas de gestão, suporte técnico e prioridade de atendimento que podem não ser replicáveis ou compatíveis com a realidade de outros órgãos da administração pública. Permitir a adesão indiscriminada poderia gerar uma diluição na qualidade do atendimento prestado ao órgão gerenciador (Justiça Eleitoral), uma vez que a empresa estaria pulverizando seus recursos técnicos entre múltiplos contratantes sem a devida previsão de capacidade de carga.

2.4.6. Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos máximos para adesão e dos respectivos quantitativos? (art. 32 do Decreto nº 11.462/23)

☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

2.6.1. Para todos os itens, o prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.7. Garantia de execução contratual

☐ SIM ☐ NÃO, justificar

2.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), considerando o baixo nível de complexidade exigido na execução do serviço pretendido.

2.8. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.8.1 Não se constata a necessidade de capacitação do gestor e dos fiscais do contrato, considerando as contratações anteriores e modelagem de gestão do contrato.

2.9. Requisitos legais

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) - que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

2.10. Requisitos temporais

2.10.1. Início da execução do objeto (fornecimento e inserção de créditos) dar-se-á nas datas abaixo:

I - 28/9/2026 (primeiro turno)

II - 19/10/2026 (segundo turno)

2.10.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2026, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP não podendo ser prorrogada.

2.10.1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, quando for o caso, terá prazo de vigência de 3 (três) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.11.1. Tendo em vista a natureza *on line* do serviço, não há impacto ambiental.

2.12. Necessidade de transição contratual

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.13. Vistoria Técnica

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

Tendo em vista a natureza *on line* do serviço.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

() SIM (X) NÃO

Caso negativo, justificar.

Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.15. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

() SIM (X) NÃO

Caso negativo, justificar.

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.16. Possibilidade de participação de Pessoa física

(X) SIM () NÃO

Caso negativo, justificar.

Não há vedação a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

Quanto à reserva de cota de até 25% para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o art. 8º do Decreto nº 8.538/15, não deve ser aplicada nesta contratação, tendo em vista que sua adoção compromete a execução dos contratos pelos seguintes motivos:

- Dificuldade na distribuição das recargas: como se pode verificar no termo de referência, em apenas 06 (seis) dias serão distribuídos aproximadamente 3.000 (três mil) recargas para 101 (cento e uma) Zonas Eleitorais. Caso haja a contratação de mais de uma empresa, a logística de distribuição torna-se extremamente complexa e pode gerar problemas no recebimento das recargas.
- Dificuldade no controle das recargas: conforme exposto acima, será distribuída uma grande quantidade de recargas em um curto período de tempo e com número reduzido de pessoal para controle. Tal fato se agrava com a contratação de mais de uma empresa, haja vista que seria necessária a distribuição de várias planilhas para as empresas o que dificultaria ainda mais o controle.

2.18. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

Caso negativo, justificar.

Trata-se de uma obrigação de resultado simples: o crédito foi ou não disponibilizado na linha telefônica do usuário? Não há uma "qualidade" a ser medida durante a execução (como em serviços de limpeza, vigilância ou suporte de TI, onde se avalia a assiduidade, a postura do profissional ou o tempo de resposta). Portanto, a complexidade inerente ao IMR não encontra aderência com a simplicidade da obrigação contratual

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis

Solução A: Realização de procedimento licitatório com vistas a registrar preços para futura aquisição de créditos para distribuição às Zonas Eleitorais.

Solução B: Realização de procedimento licitatório para aquisição de créditos de celulares para distribuição às Zonas Eleitorais.

Solução C: Concessão de suprimento de fundos para as Zonas Eleitorais adquirirem diretamente os créditos.

3.1.1. Potenciais fornecedores

Existem no mercado, diversos fabricantes dos equipamentos a serem adquiridos e que atendem perfeitamente as especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência.

3.1.2. Condições usuais de aquisição ou de execução do objeto

As condições usuais de aquisição ou de execução do objeto, incluem:

- **Prazo de entrega:** o prazo de entrega dos serviços dar-se-á conforme item 4 deste ETP.
- **Forma de pagamento:** o pagamento será realizado após a execução do serviço e em parcela única.

3.2. Comparação das soluções

A **solução A** registra preços para aquisição do crédito necessário para cada Zona.

Por outro lado a **solução B** contempla a aquisição de determinada quantidade de crédito levantada junto às Zonas.

Por fim, a **solução C** disponibiliza suprimento de fundos para as Zonas adquirirem diretamente os créditos.

3.3. Solução mais vantajosa

Ao analisarmos as opções apresentadas, optamos pela **solução A**, tendo em vista que nos anos anteriores o Tribunal tem adotado tal prática, a qual tem se mostrado eficiente, uma vez que possibilita o controle dos gastos de todas as Zonas, fato que gera economia para os cofres públicos.

Já com a **solução B** o Tribunal contrataria determinada quantidade de crédito independentemente da necessidade de uso, ou seja, poderia adquirir créditos além ou aquém do necessário.

Por outro lado, com a adoção da **solução C** perde-se o controle da quantidade de créditos utilizados pelas Zonas, tendo em vista que seriam repassados valores para que as Zonas adquirissem diretamente o crédito.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. Nos dias 28/9, 29/9, 30/9, 1/10/, 2/10 e 3/10 (primeiro turno), a contratada fica obrigada a encaminhar à sede do TRE-PA (SEADE, sala 206), no mínimo, 03 (três) colaboradores portando equipamentos que permitam a inserção de créditos para todas as operadoras, no horário das 08h às 18h.

4.2. Nos dias 19/10, 20/10, 21/10, 22/10, 23/10 e 24/10 (segundo turno) a contratada fica obrigada a encaminhar à sede do TRE-PA (SEADE, sala 206), no mínimo, 03 (três) colaboradores portando equipamentos que permitam a inserção de créditos para todas as operadoras, no horário das 08h às 18h.

4.3. Nos dias dos pleitos (4/10 e 25/10) 1 (um) representante da contratada deverá comparecer ao local acima citado a partir das 7h e permanecer no referido local até às 17h.

4.4. Após os horários descritos nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, a contratada permanece obrigada a disponibilizar a inserção de créditos, cuja ordem de fornecimento dar-se-á via correio eletrônico.

Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

No planejamento do processo de contratação, foram rigorosamente considerados os critérios de padronização dos serviços. Esta medida é essencial para garantir a uniformidade e a consistência das comunicações entre as equipes envolvidas na logística eleitoral, assegurando que os parâmetros técnicos de conexão, cobertura e disponibilidade de sinal atendam às especificações necessárias para o pleno funcionamento das atividades no período do pleito.

Adicionalmente, foram observados os padrões e as normas de mercado vigentes para a aquisição destes serviços. Tal rigor visa assegurar a total adequação dos produtos e da qualidade do serviço às finalidades estratégicas da organização, garantindo que não haja descontinuidade ou falhas na transmissão de dados e voz durante a operação das Eleições Gerais de 2026.

Ao adotar essas medidas, asseguramos que o serviço contratado estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas contratações públicas. O objetivo é atender não apenas às exigências legais e regulamentares, mas também a um padrão elevado de excelência na prestação de serviços à sociedade.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. No período eleitoral, as atividades dos Cartórios elevam-se sobremaneira, dessa forma, é necessário aumento no apoio prestado pela Sede do Tribunal às Zonas Eleitorais.

5.2. A Justiça Eleitoral do Pará conta atualmente com 101 (cento e uma) Zonas Eleitorais, das quais 10 (dez) estão localizadas em Belém e as demais no interior do estado.

5.3. Dando continuidade à execução do Plano Integrado de Eleições 2026, a equipe de planejamento da contratação realizou levantamento acerca do quantitativo de créditos necessários para atendimento das demandas das Zonas Eleitorais.

5.4. Acrescente-se que poucas Zonas responderam ao levantamento.

5.5. De modo a não prejudicar o andamento da contratação, optou-se por utilizar também como parâmetro para a definição do quantitativo o montante previsto na Licitação anterior (0000690-52.2024.6.14.8000).

5.6. Ressalte-se, ainda, que o quantitativo de créditos leva em consideração o número de servidores/requisitados/colaboradores de cada Zona Eleitoral que atuarão durante às Eleições.

5.7. Dessa forma, segue abaixo a quantidade de créditos que julgamos suficiente para o atendimento das demandas das Zonas Eleitorais em cada turno das Eleições de 2026:

CRÉDITOS SOLICITADOS				
ELEIÇÕES GERAIS 2026				
ZONA	TIM	VIVO	CLARO	TOTAL
1ª	8	2	10	20
2ª	5	2	25	32
3ª	3	9	7	19
4ª	9	10	20	39
5ª	12	2	10	24
6ª	6	2	16	24
7ª	8	13	14	35
8ª	4	5	15	24
9ª	5	15	15	35
10ª	-	12	6	18
11ª	14	12	4	30
12ª	3	12	15	30
13ª	24	-	14	38
14ª	10	2	25	37
15ª	14	-	27	41
16ª	8	16	16	40
17ª	-	2	35	37
18ª	10	35	4	49
19ª	4	20	12	36
20ª	4	22	3	29
21ª	1	25	1	27
22ª	-	12	4	16
23ª	8	28	4	40

24 ^a	5	16	9	30
25 ^a	15	4	25	44
26 ^a	11	-	14	25
27 ^a	-	-	33	33
28 ^a	8	9	16	33
29 ^a	20	-	10	30
30 ^a	24	4	7	35
31 ^a	-	-	20	20
32 ^a	-	8	20	28
33 ^a	7	5	12	24
34 ^a	4	30	9	43
35 ^a	15	-	28	43
36 ^a	-	17	12	29
37 ^a	6	17	15	38
38 ^a	-	39	-	39
39 ^a	-	17	18	35
40 ^a	18	13	13	44
41 ^a	12	2	20	34
42 ^a	18	7	3	28
43 ^a	21	3	21	45
44 ^a	5	13	13	31
45 ^a	-	9	12	21
46 ^a	6	-	9	15
48 ^a	-	24	-	24
49 ^a	20	6	12	38
50 ^a	20	4	19	43
51 ^a	-	15	-	15
52 ^a	-	-	15	15
53 ^a	11	19	8	38
54 ^a	-	22	-	22
55 ^a	2	2	9	13
56 ^a	8	16	8	32
57 ^a	8	4	14	26
58 ^a	8	22	2	32
59 ^a	-	18	-	18
60 ^a	2	22	2	26
61 ^a	3	36	-	39
62 ^a	5	3	25	33
64 ^a	10	7	11	28
65 ^a	7	13	2	22
68 ^a	12	18	8	38
69 ^a	8	12	-	20
70 ^a	5	3	4	12
72 ^a	20	5	19	44
73 ^a	12	6	9	27
74 ^a	3	3	3	9
75 ^a	12	19	4	35
76 ^a	8	-	4	12
78 ^a	16	4	18	38
79 ^a	4	22	6	32
80 ^a	-	26	10	36
81 ^a	-	-	25	25
82 ^a	-	-	33	33
83 ^a	9	20	10	39
84 ^a	13	7	8	28
85 ^a	-	35	-	35
86 ^a	-	30	-	30
87 ^a	-	28	-	28
88 ^a	-	18	9	27
89 ^a	-	30	-	30
90 ^a	25	-	15	40
91 ^a	10	-	11	21
92 ^a	-	-	26	26
93 ^a	2	12	2	16

94ª	3	8	12	23
95ª	6	4	3	13
96ª	15	4	6	25
97ª	10	4	13	27
98ª	6	6	12	24
99ª	-	28	-	28
100ª	11	17	11	39
101ª	2	15	3	20
102ª	2	20	7	29
103ª	-	20	10	30
104ª	5	38	5	48
105ª	10	25	2	37
106ª	4	16	4	24
107ª	10	5	5	20
TOTAIS	702	1.212	1.085	2.999

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

Segue abaixo as quantidades que as Zonas Eleitorais julgam ser suficiente para o atendimento de todas as demandas em cada um dos turnos da próxima eleição:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário da recarga a ser entregue (R\$)	Valor cobrado, incluindo taxa de administração, tributos e lucro.	Valor total (R\$)
1	Crédito on-line/recarga para celulares. <ul style="list-style-type: none"> Operadora: TIM Valor da recarga: R\$ 30,00 (trinta reais) Estimativa de aquisição: 1º turno: 702 recargas 2º turno: 702 recargas 	Recarga	1.404	30,00	62,76	88.115,04
2	Crédito on-line/recarga para celulares. <ul style="list-style-type: none"> Operadora: VIVO Valor da recarga: R\$ 30,00 (trinta reais) Estimativa de aquisição: 1º turno: 1.212 recargas 2º turno: 1.212 recargas 	Recarga	2.424	30,00	62,86	152.372,64
3	Crédito on-line/recarga para celulares. <ul style="list-style-type: none"> Operadora: CLARO Valor da recarga: R\$ 30,00 (trinta reais) Estimativa de aquisição: 1º turno: 1.085 recargas 2º turno: 1.085 recargas 	Recarga	2.170	30,00	62,76	136.189,20

6.2. O orçamento não será sigiloso, tendo em vista não haver justificativa técnica para a sua adoção.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando o princípio do parcelamento da solução, **a licitação será por ITEM.**

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o plano estratégico do TRE/PA: GDF1 (Índice de satisfação do usuário)

9.2. Previsão no Plano Anual de Contratações 2026, conforme Portaria nº 24.352/2025 (2851386); Anexo I (2835056); Item 61.

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 2.11 deste ETP.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros

disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. A continuidade e excelência na prestação do serviço público ofertado aos eleitores pelo Tribunal Regional Eleitoral, voltado ao exercício da cidadania. Desta feita, os bens a serem adquiridos serão ferramentas imprescindíveis a prestação do serviço público, no caso a realização das Eleições 2026.

10.2. Pretende-se melhor suporte ao desenvolvimento das atribuições afetas aos servidores que trabalharão na preparação e realização das Eleições 2026, promovendo a agilidade nas comunicações.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. A Equipe de Planejamento não vislumbra necessidade de adequação ambiental para a aquisição pretendida.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Tendo em vista a natureza *on line* do serviço, não há impacto ambiental.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. **Forma de seleção e modalidade de licitação:**

() Pregão Eletrônico Tradicional

(X) Pregão Eletrônico - SRP

() Adesão à Ata de Registro de Preços

() IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

13.2. **Considerações sobre a possibilidade/necessidade de renovação dos quantitativos da ata de registro de preços.**

A Ata de Registro de Preços não será prorrogada, conforme item 2.10.2 deste ETP.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.

ANEXO I

ANÁLISE DE RISCOS

16. RELAÇÃO DOS POSSÍVEIS RISCOS

Item	Categorização	Gestor do Risco	Causa	Evento de Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Medida de Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Existente	Controle N
1	Planejamento da Contratação	Equipe de Planejamento	Termo de referência (TR) ou projeto básico (PB) incompleto ou inconsistente.	TR ou PB cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual	Desperdício de recursos públicos.	3-Média	4-Alto	12	Médio	Evitar	Especificação atualizada do material a ser adquirido em conformidade com as últimas aquisições do Tribunal	Verificação especificaç outros edita vigentes/an

2	Coleta de Preços	SACC - Unidade Demandante	Ausência de refinamento da estimativa de preços realizada nos estudos técnicos preliminares, em especial para contratações complexas.	Inclusão de referência de preço inadequada no TR/PB	Utilização de parâmetro inadequado para julgamento da proposta vencedora e dificuldade de justificar as estimativas quando questionadas por partes interessadas.	3-Média	4-Alto	12	Médio	Mitigar	A Seção de Análise de Custos das Contratações executa o levantamento junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet (e.g. portal do software público) e pesquisa junto a fornecedores.	
3	Execução	Fiscal do Contrato	Indisponibilidade do bem no mercado/Contratada não cumpre o prazo de entrega	Atraso na entrega dos bens	Aplicação de penalidade à contratada/Insatisfação do demandante ou recebedor do bem/ Ineficiência da Seção/Possível impacto negativo no planejamento tático da Secretaria de Administração	3-Média	4-Alto	12	Médio	Mitigar	Monitoramento das aquisições através de contatos por telefone e e-mail.	Melhora no mecanismo monitoramento aquisições : de contato ' WhatsApp institucional
4	Execução	Fiscal do Contrato	Descontinuidade do bem/Falência da empresa fornecedora do bem/ Morosidade da Contratada na entrega do bem	Não entrega dos bens	Não recebimento do bem/ Retrabalho para realizar a contratação/Ineficiência da Seção/Possível impacto negativo no planejamento tático da Secretaria de Administração	1-Muito Baixa	1-Muito Baixa	1	Baixo	Aceitar	Partir para Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Tribunais Regionais	



Documento assinado eletronicamente por **TED WILSON RODRIGUES LOBATO, Chefe de Seção**, em 19/05/2026, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO GUILHERME PINHEIRO NETTO, Chefe de Seção**, em 19/05/2026, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3024280** e o código CRC **115C6881**.

0003542-78.2026.6.14.8000

3024280v3